

JORNAL DA TARDE

O ESTADO DE S. PAULO — Sábado, 24-1-87

Constituinte: um mês só para definir o regimento interno.

Quem supuser que, dia 2 de fevereiro, senadores e deputados começarão logo a trabalhar na elaboração da nova Constituição do País, se engana. Eles vão gastar praticamente todo o mês de fevereiro, na elaboração do regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte, segundo experientes observadores políticos. Eles acrescentam que a elaboração do regimento envolverá não apenas regras sobre o funcionamento da Assembleia, como definirá questões substantivas.

Os constituintes terão de decidir, inicialmente, se em 1987 o País continua a ser regido pela atual Constituição, pela de 1967 do final do governo Castelo Branco, ou pela de 1946, votada livremente, depois da queda do Estado Novo. Há controvérsia em torno da matéria, como em relação a quase todas as outras.

Outra questão a ser definida é quanto ao funcionamento da Câmara e do Senado enquanto durarem os trabalhos da Constituinte. Há quem defenda o recesso e nesse caso terá de ser decidido sobre quem ficará legislando no País: se uma comissão de cada uma das Casas ou o presidente da República, através de decretos-leis. O regimento precisará dizer quem aprova as mensagens presidenciais, nomeações de embaixadores ou legislará sobre o Distrito Federal. As dúvidas são de tal ordem que o Senado decidiu que convocará sessão para o dia 1º de março quando, oficialmente, começa sua atividade ordinária, através de edital. Outra dúvida é quanto ao funcionamento ou não de comissões técnicas e CPIs das duas Casas do Congresso.

A criação de comissões, incumbidas de legislar, e da grande comissão constituinte levanta críticas de muitos senadores e deputados, para quem os que não forem designados para integrar tais órgãos ficarão sem funções. Para evitar isso, há quem defenda que

senadores e deputados passem parte do ano viajando por todos os Estados da Federação, colhendo opiniões da sociedade para a feitura da Carta Magna.

Para economizar tempo, o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, pediu a alguns deputados (Prisco Viana e Euclides Scalco, entre outros) que fizessem um esboço do regimento interno da Constituinte. Tal iniciativa gerou, porém, violentas críticas de novos parlamentares, o que inibiu Ulysses e os deputados, acusados de pretenderem atingir a soberania da Assembleia Nacional Constituinte.

Haverá muitos problemas a enfrentar em fevereiro. Basta dizer que somente um deputado, Aluisio Campos (PMDB-PB), redigiu 32 questões de ordem, a serem apresentadas à mesa da Constituinte. Ele quer, por exemplo, que, se Ulysses for eleito para a presidência da Assembleia Nacional Constituinte e da Câmara, se licencie do último posto enquanto durarem as atividades da primeira. Pretende, ainda, questionar a legitimidade da presença dos senadores eleitos em 1982 na Constituinte. Tudo isso será objeto de intensos debates, a partir do dia 1º, tomando tempo precioso dos constituintes.

Denúncia

No Recife, ontem, o presidente do Sindicato dos Engenheiros da Paraíba, Ismael Silva Santos, denunciou a existência de um movimento "conservador" em Brasília, "que quer ver a futura Constituição aprovada em bloco, sem que os trabalhadores e a sociedade em geral tenham condições de discutir item a item".

Ismael Santos, que falava durante mesa-redonda sobre a Constituinte promovida pela Confederação Nacional das Profissões Liberais, pregou a união dos trabalhadores para se evitar a ação desse "movimento conservador".